

Artigo Original



10.1590/1809-58442026124pt



Open access

Entre margem e alteridade: a representação da comunidade brasileira nos meios de comunicação em Portugal

*Between margin and otherness: the representation of the Brazilian community in the Portuguese media**Entre margen y alteridad: la representación de la comunidad brasileña en los medios de comunicación portugueses*

ID Francisco Rui Cádima

Pesquisador Sênior do Instituto de Comunicação da NOVA (ICNOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Universidade NOVA de Lisboa e Coordenador Nacional do Media Pluralism Monitor (MPM), Instituto Universitário Europeu (EUI/CMPF/ICNOVA). Lisboa - Portugal.

Detalhes Editoriais

Sistema duplo cego

Histórico do Artigo:

Recebido: 26/03/2026

Aceito: 02/05/2026

Disponível online: 30/05/2026

Artigo ID: e2026124

Editores Chefes:

Dra. Marialva Barbosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

Dra. Sonia Virginia Moreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ

Editores Responsáveis pelo processo de recepção, desk review e avaliação:

Ana Paula Goulart de Andrade (UFRRJ) e Jorge

Carlos Felz Ferreira (UFJF)

Editores Executivos:

Dr. Jorge C. Felz Ferreira

Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Dra. Ana Paula Goulart de Andrade

Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ

Editor Associado:

Dr. Sandro Torres de Azevedo

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

Revisoras:

Cristine Gerck (português)

Felicity Clarke (Inglês)

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

Editoração e marcação XML:

IR Publicações

Financiamento:

CNPq

Como citar:

CÁDIMA, Francisco Rui. *Entre margem e alteridade: a representação da comunidade brasileira nos meios de comunicação em Portugal*. São Paulo: INTERCOM - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 49(2026) e2026124. <https://doi.org/10.1590/1809-58442026124pt>

Autor(a) de contato:

Francisco Rui Cádima

frcadima@gmail.com

Resumo

Trata-se de uma investigação que procura abarcar cerca de trinta anos de experiência migratória da comunidade brasileira do Brasil para Portugal, um fluxo que atualmente supera meio milhão de cidadãos residentes, isto é, cerca de 5 por cento da população portuguesa. Esta pesquisa procura refletir sobre como os media criaram um viés inicial sobre esta comunidade migrante, sobretudo por meio de práticas jornalísticas enviesadas e sensacionalistas, o que dificultou a integração e a aceitação da imigração brasileira pela sociedade portuguesa. É sobretudo por meio de uma inversão desse viés e da intervenção das entidades oficiais, com novas políticas públicas, com apoios de organizações não governamentais e de associações, e dos mídia originados na própria comunidade, que os novos imigrantes brasileiros, progressivamente, recuperaram uma imagem pública inicialmente desfocada e ganharam estatuto de cidadania e, bem assim, o reconhecimento por parte dos “irmãos” portugueses. A emergência de novas situações críticas, nomeadamente a polarização política e o crescimento da extrema-direita em Portugal, está a contaminar os progressos até então feitos e a lançar novos alertas neste domínio.

Palavras-chave: Mídia, Imigração, Comunidade Brasileira, Margem, Alteridade.

Abstract

This investigation seeks to encompass around thirty years of migration experience of the Brazilian community from Brazil to Portugal, a flow that currently exceeds half a million residents, that is, about 5 per cent of the Portuguese population. This research aims to reflect on how the media initially created a bias against this migrant community, mainly through biased and sensationalist journalistic practices, which hindered the integration and acceptance of Brazilian immigration by Portuguese society. It is primarily through reversing this bias and the intervention of official entities, with new public policies, support from non-governmental organisations and associations, and media originating within the community itself, that the new Brazilian immigrants have gradually regained a previously blurred public image and gained citizenship status, as well as recognition from their Portuguese ‘brothers’. The emergence of new critical situations, notably political polarisation and the growth of the far-right in Portugal, is contaminating the progress made so far and raising new concerns in this domain.

Keywords: Media, Immigration, Brazilian Community, Margin, Otherness.



CRedit

- Conflitos de Interesse: o autor certifica que não tem interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- Contribuição dos autores: Conceitualização, desenvolvimento, metodologia, escrita (rascunho original, revisão e edição): CÁDIMA, F. R.

Disponibilidade dos Dados:

Todos os dados que deram base ao presente artigo encontram-se no corpo do texto.

A Revista Intercom incentiva o compartilhamento de dados mas, por observância a ditames éticos, não demanda a divulgação de qualquer meio de identificação de sujeitos de pesquisa, preservando a privacidade dos sujeitos de pesquisa. A prática de *open data* é viabilizar a reproducibilidade de resultados, e assegurar a irrestrita transparência dos resultados da pesquisa publicada, sem que seja demandada a identidade de sujeitos de pesquisa.

Linguagem inclusiva:

Os autores usam linguagem inclusiva que reconhece a diversidade, demonstra respeito por todas as pessoas, é sensível a diferenças e promove oportunidades iguais.

Verificação de plágio:

A Revista Intercom submete todos os documentos aprovados para a publicação à verificação de plágio, mediante o uso de ferramenta específica.

Resumen

Este artículo examina casi tres décadas de migración brasileña hacia Portugal, un movimiento que hoy supera el medio millón de residentes, lo que representa aproximadamente el 5 % de la población portuguesa. El estudio analiza cómo las primeras coberturas mediáticas produjeron un relato sesgado y, con frecuencia, sensacionalista sobre esta comunidad migrante, configurando percepciones públicas que dificultaron su integración social. Con el tiempo, este encuadre inicial fue contrarrestado progresivamente mediante la actuación de instituciones estatales, la implementación de nuevas políticas públicas, el apoyo de organizaciones no gubernamentales y asociaciones comunitarias, así como el surgimiento de medios producidos por la propia comunidad brasileña. Estos procesos contribuyeron a reconstruir su imagen pública y a ampliar su reconocimiento dentro de la sociedad portuguesa. No obstante, el escenario reciente —marcado por la polarización política y el ascenso de la extrema derecha en Portugal— amenaza con erosionar los avances logrados y plantea nuevos desafíos para la representación mediática y la cohesión social.

Palabras clave: Medios de comunicación; Migración; Comunidad brasileña; Marginalidad; Alteridad.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY). Os autores retêm todos os direitos autorais, transferindo para a Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação o direito de realizar a publicação original e mantê-la sempre atualizada.



De forma a termos uma visão circunstanciada do pano de fundo que envolve esta pesquisa sobre os média portugueses e a comunidade brasileira em Portugal – do final do século XX à atualidade –, começaremos por fazer, após esta introdução e o respetivo marco teórico do trabalho, uma breve descrição e caracterização do mercado dos meios de comunicação em Portugal, nomeadamente nas vertentes mais importantes no contexto desta investigação: as questões dos discursos sobre integração e a alteridade no contexto da comunicação social portuguesa, designadamente através das suas estratégias editoriais e formulações discursivas em matéria de integração da imigração e participação plena das pessoas imigrantes na sociedade de acolhimento.

Podemos dizer que a história da comunicação social portuguesa nas últimas décadas é, fundamentalmente, a história do discurso dos grandes meios de comunicação, sendo que essa narrativa é, sobretudo, um relato do modo como os *mass-media* se confrontam regularmente com as inquietações de um real que jamais habitou pacificamente com o sistema de mídia que o interpreta e narra. Esta é, mais do que uma história do real e da sociedade na qual esses meios de comunicação se inserem, uma história parcial, que reflete, sobretudo, as linhas editoriais e os posicionamentos discursivos desses mesmos meios, e não tanto o acontecimento enquanto experiência vital e estruturante da virtude civil e da cidadania propriamente dita.

Mais do que eventuais fragmentos da história contemporânea portuguesa é uma história inconciliável com as múltiplas resistências dos irreconciliados, é uma narrativa que obrigou, em boa parte deste período, ao compromisso e à submissão aos jogos de interesses políticos e económicos. A verdadeira natureza a que presumivelmente estão destinados os média, assumindo-se enquanto quarto poder, não fazendo concessões no escrutínio da coisa pública e narrando de forma rigorosa e independente a experiência do mundo da vida, é algo que claramente não tem sido alcançado de forma modelar e inequívoca pelos meios de comunicação social em Portugal.

Exemplos do paradigma deste modelo mediático podem ser dados por qualquer grande título da imprensa portuguesa. É possível identificar, ao longo da história dos média portugueses, diferentes compromissos que têm sido assumidos pelas suas direções, ora servindo o reacionarismo monárquico no início do século XX, ora aceitando a modernidade republicana, para depois se deixarem enfeitiçar pela arrogância integralista e fascista do Estado Novo. E voltando a cantar loas à liberdade em Abril de 1974, claudicando, por momentos, perante o estalinismo e os novos espectros totalitários, para depois se recolocarem, de novo, institucionalmente, na pequena política do tempo e nos seus jogos efémeros de palavras e narrativas circunstanciais – sem visão e sem desígnio.

Este é um aspeto delicado no contexto da atual crise política portuguesa e da sua crescente polarização política, como tem vindo a ser observado por vários autores. Os média, em vez de contribuírem para o reforço da experiência democrática e da cidadania, atravessam um período de debilidades face ao campo político e ao digital, surgindo vozes críticas relativamente à crise da diversidade e do pluralismo na comunicação social portuguesa: “Os perigos de um escrutínio deficitário da coisa pública e de uma despolitização dos públicos por via de um sistema mediático debilitado e precário são sinais claros de preocupação na atual e futura paisagem mediática portuguesa” (Cádima, 2010: 17). A limitação do modelo mediático, circunscrito, em regra, às narrativas de acontecimentos irrelevantes, mantém-se, quer na imprensa em geral, quer nos meios audiovisuais, quer, inclusive, nos seus “espelhos” digitais.

A reflexão sobre o acontecimento mediático é fundamental para entender como os média moldam a perceção pública da imigração. O acontecimento não é um simples fator da realidade, mas uma construção narrativa dos média, que escolhem, enquadram e dramatizam certos elementos e não outros. Recorde-se Pierre Bourdieu (1996), quando defendia que os média fabricam o imediato, transformando o que é contingente em urgente, o episódico em significativo, o banal em acontecimento, por meio de mecanismos de seleção e mise-en-scène com lógicas específicas do jornalismo. Daí que o acontecimento mediatizado funcione menos como reflexo da realidade do que como operador simbólico que organiza a experiência coletiva, ajudando a explicar como episódios envolvendo comunidades migrantes, como o caso das Mães de Bragança, que iremos analisar, são amplificados, dramatizados, e transformados em “moral panic” (Cohen, 2011).

Marco teórico, metodologia e questões de investigação

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, longitudinal e multidisciplinar, combinando o marco teórico com a análise do sistema de mídia português, o enquadramento histórico-social e a análise qualitativa do discurso mediático sobre a comunidade brasileira em Portugal ao longo de praticamente três décadas, com



particular incidência após 2003 e no caso das “Mães de Bragança”, sobre o qual faremos uma análise mais detalhada.

Abordaremos justamente o caso “Mães de Bragança” como laboratório analítico para observar estereótipos, gênero e imigração, procurando ver como estes se cruzam com a produção mediática e a percepção pública, criando esse momento de “moral panic”, ou seja, um contexto social em que uma comunidade reage de forma exagerada, emocional e desproporcional a um fenómeno percebido como ameaça aos seus valores, à ordem social ou à moralidade. A reação é, depois, amplificada pelos meios de comunicação, por líderes políticos ou por grupos de interesse, criando a sensação de que há um perigo urgente — mesmo quando esse perigo é limitado, inexistente ou mal compreendido e/ou analisado no seu próprio contexto e no seu tempo histórico-social.

Esta pesquisa assenta, então, em três pilares metodológicos principais. Em primeiro lugar, estabelece um breve marco teórico dos estudos sobre mídia e imigração no contexto mais global, e fará também uma revisão crítica da literatura aplicada ao caso português. No contexto global, a investigação sobre comunicação e imigração consolidou um corpo teórico que demonstra como a comunicação desempenha um papel central na construção pública do “outro” migrante. Os estudos culturais britânicos constituem o ponto de partida, nomeadamente com Stuart Hall (1990), que mostra que os mídia não apenas refletem a realidade, mas também produzem significados, enquadrando grupos minoritários como problemas sociais, morais ou de segurança. Esta perspetiva é aprofundada pela análise crítica do discurso, sobretudo com Van Dijk (1991), que demonstrou como um certo racismo mediático opera através de estratégias subtis de polarização, reforçando hierarquias étnicas e nacionais.

Eixo teórico importante é o relacionado ao conceito de “moral panic”, formulado, como referido, por Stanley Cohen, que descreve momentos em que os meios de comunicação amplificam a percepção de ameaça, transformando grupos específicos em bodes expiatórios (“folk devils”). Esta abordagem tem sido aplicada ao estudo da imigração na Europa (Shenton, 2020), mostrando como episódios localizados são convertidos em crise social, através, quer da dramatização mediática, quer das suas consequências, ou seja, da projeção, num grupo social determinado, do pânico moral cristalizado nos medos, ansiedades e percepções populares.

O debate europeu incorpora ainda a teoria da securitização, que explica como discursos políticos e mediáticos transformam a imigração em questão de segurança, legitimando medidas excepcionais. Autores como Gilroy (2004) e Ponzanesi (2020) introduzem uma leitura pós-colonial, argumentando que a Europa contemporânea continua a reproduzir imaginários coloniais na representação de migrantes, especialmente de mulheres racializadas. A teoria pós-colonial, no que se refere aos mídias e às migrações, também ajuda a enquadrar o debate sobre representação, diáspora e poder mediático. Ponzanesi argumenta que o pós-colonialismo não é apenas um campo teórico ligado ao passado imperial, mas uma condição estrutural da Europa atual. A Europa continua, aliás, a ser moldada por hierarquias raciais herdadas do colonialismo, desigualdades globais que sustentam fluxos migratórios e imaginários culturais que persistem nos mídia, na política e na vida cotidiana, por via das chamadas “continuidades coloniais”. O pós-colonialismo, por isso, é indispensável para compreender fenómenos como xenofobia, securitização face ao “outro” e representações mediáticas racializadas, ou seja, como os meios de comunicação europeus produzem e reproduzem “regimes de visibilidade” que moldam a forma como os migrantes são vistos e compreendidos. E como tendem a enquadrar migrantes como problemas, ameaças ou vítimas, raramente como agentes sociais. No caso específico das mulheres migrantes, estas são frequentemente representadas por meio de estereótipos sexualizados ou paternalistas, e os discursos mediáticos sobre mulheres racializadas reforçam as fronteiras simbólicas em relação ao “outro”, ainda na perspetiva de Ponzanesi.

Há pontos de contacto interessantes com os estudos de Jessica Retis (2020) e de Posch & Cabecinhas (2020), que examinam o outro lado do espelho. No primeiro caso, a experiência dos descendentes de japoneses, que emigraram para o Brasil e depois retornaram ao Japão, mostra como estes migrantes vivem numa dupla diáspora: entre o Japão e o Brasil, entre a Ásia e a América Latina, entre pertenças étnicas e nacionais que se cruzam e se contradizem. No segundo caso, há um viés de uma presença-ausência, um silêncio mediático nos meios de comunicação do país de origem da diáspora. Importa também aqui perceber como os meios de comunicação moldam, reforçam ou desafiam essas identidades híbridas, essa condição pós-colonial marcada por pertenças fragmentadas, por não-lugares entre múltiplos lugares. Essas comunidades vivem, afinal, entre integração, discriminação e reinvenção cultural, numa espécie de “lar mediado” que ultrapassa fronteiras geográficas.

No campo específico do jornalismo, os estudos sobre *news values* demonstram que os meios de comunicação privilegiam eventos dramáticos, desviantes e emocionalmente intensos, o que contribui para que a imigração seja frequentemente enquadrada como crime, conflito ou tragédia. Eberl et al. (2018) analisaram como a negatividade é central na cobertura mediática de imigração na Europa, associando essa cobertura ao aumento de atitudes xenofóbicas na opinião pública europeia. Chouliaraki & Zaborowski (2017) reforçam a ideia ao demonstrar que a imprensa europeia continua a enquadrar a mobilidade humana por meio de lógicas de emergência, risco e desordem, contribuindo para a construção simbólica da imigração como problema social. O mesmo se verifica na abordagem de Mance & Splichal (2024), que consideram os imigrantes tradicionalmente sub-representados na mídia, além de que a cobertura da imigração é frequentemente negativa e centrada em conflitos. Deste modo, a exposição frequente às mensagens dos meios de comunicação leva a atitudes negativas em relação a essas comunidades e a ativar cognições estereotipadas sobre os imigrantes.

A pesquisa integra o “state of the art” das pesquisas dos autores que se enquadram no marco teórico de estudos sobre mídia e imigração em Portugal, nomeadamente: Cádima & Figueiredo (2003), Ferin (2005 e 2009), Correia (2008), Pais (2016), Minga (2016), Padilla & França (2019), Nogueira (2023), Blanco de Moraes & Gil (2023) e Marchi (2023). Trabalhos que, ao longo dos anos, se destacaram na análise da construção mediática do “imigrante” em Portugal na contemporaneidade, a par da “figura” da mulher brasileira, dos imaginários coloniais, da sexualização e da evolução das narrativas jornalísticas neste âmbito específico.

Em segundo lugar, integramos uma contextualização sociopolítica e histórica, incluindo história migratória e análise de políticas públicas: articulação entre discursos mediáticos e transformações sociais, como políticas migratórias, tratados bilaterais, evolução demográfica da comunidade brasileira, papel das ONGs, emergência da mídia comunitária e mudanças culturais na sociedade portuguesa.

Por fim, o eixo da análise qualitativa de conteúdo mediático através do exame sistemático das principais notícias da imprensa de referência – sobretudo do diário Público –, reportagens, algumas peças televisivas também, e enquadramentos editoriais desde o início dos anos 2000 até a atualidade. Essa análise permite identificar padrões de representação, estereótipos, mudanças discursivas e momentos de crise, como foi o caso específico das Mães de Bragança.

A análise qualitativa de conteúdo e o contexto histórico e social terão, ainda, o complemento técnico e científico de outras referências, como, por exemplo, relatórios de agências e barômetros de entidades governamentais e não governamentais, análise bibliográfica das temáticas das diásporas e das migrações, e ainda teses acadêmicas relevantes no âmbito da pesquisa em causa. Da ponderação sobre o conjunto dos materiais, da combinação das diferentes análises e da metodologia referida, poderemos então compreender melhor não apenas como os meios de comunicação representaram a comunidade brasileira, mas também por que razão essas representações emergiram, como evoluíram e quais os seus principais efeitos sociais, culturais e políticos no contexto contemporâneo em Portugal.

Anotemos agora algumas das questões de investigação que estão subjacentes à pesquisa, nomeadamente no âmbito da representação e dos estereótipos, bem como do discurso da mídia e da percepção pública. Procuraremos trabalhar temas como, por exemplo, a construção, pelos meios de comunicação portugueses, das representações da comunidade brasileira nas primeiras décadas do século XXI. Saber de que forma os estereótipos tradicionais influenciaram a imagem mediática das mulheres brasileiras, especialmente no contexto do caso Mães de Bragança. Que impacto tiveram as práticas jornalísticas na percepção pública da imigração brasileira em Portugal e como os meios de comunicação contribuíram para a associação entre imigração brasileira, prostituição e ameaça moral. Veremos, ainda, se há uma evolução discursiva nesta matéria, ou seja, em que medida o discurso mediático sobre a comunidade brasileira evoluiu de um enquadramento negativo para outro de maior reconhecimento e inclusão, e que fatores explicam essa mudança: políticas públicas, ação das ONGs, mídia comunitária, redes sociais ou transformações demográficas? No fundo, saber se existem novas práticas nas comunidades que tenham intervenção nesta inflexão, como, por exemplo, o papel dos meios de comunicação comunitários brasileiros em Portugal, ou das próprias redes sociais, na construção de novas narrativas identitárias.

Com este nosso estudo, tentaremos contribuir com novas pistas metodológicas e de análise de caso nesta área de estudos sobre a relação entre mídia, sociedade e migrantes, sem dúvida um campo interdisciplinar com atuais e importantes desafios no aprofundamento das pesquisas sobre a forma como os meios de comunicação constroem a imagem dos imigrantes, influenciando políticas, percepções e atitudes públicas.

Breve análise do sistema de comunicação social português

O campo dos mídias em Portugal depara-se atualmente com importantes desafios, alguns dos quais com relação direta a casos de “pânico moral”, com a despolarização das camadas mais jovens da população e com a polarização da sociedade portuguesa, todos eles fatores altamente penalizadores da consolidação da experiência democrática e da cidadania.

O setor está marcado por uma crise estrutural que combina fragilidade econômica, precariedade laboral e riscos crescentes ao pluralismo mediático (Cádima et al., 2024). Nos últimos anos, vários grupos de comunicação social enfrentaram graves dificuldades financeiras. Esse cenário de instabilidade repercute diretamente nas condições de trabalho dos jornalistas, levando o presidente do Sindicato dos Jornalistas a caracterizar o setor como em “emergência”, com salários em atraso, precariedade crescente e dificuldades generalizadas, o que culminou na greve geral dos jornalistas portugueses em março de 2024.

As críticas ao estado do setor não vêm apenas dos profissionais, mas também da indústria, que identifica problemas estruturais que condicionam a atividade mediática. António Carrapatoso, fundador do Observador, defende a necessidade de uma reforma profunda do enquadramento legislativo e regulatório, apelando à simplificação normativa, ao combate às posições dominantes e à clarificação do papel do serviço público de mídia (RTP).

Parte dessas fragilidades tem raízes históricas: a liberalização televisiva dos anos 80, que introduziu operadores privados a competir com a RTP, levou a televisão a absorver a maior parte do investimento publicitário, fragilizando a imprensa e contribuindo para uma precariedade que se prolonga até hoje. A isto soma-se um ambiente regulatório fragmentado, com quatro entidades distintas a partilhar responsabilidades (ERC, ANACOM, AdC e IGAC), falta de transparência nas nomeações e insuficiência de recursos, sobretudo no caso da Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC).

Apesar deste contexto crítico, Portugal continua a apresentar bons resultados em avaliações internacionais. O Índice RSF 2025 coloca o país em 8.º lugar entre 180 nações, destacando uma liberdade de imprensa sólida, embora com riscos associados a grupos extremistas. Já o Media Pluralism Monitor (MPM, 2025) posiciona Portugal na 13.ª posição entre os Estados-membros da União Europeia, mas identifica uma tendência de agravamento em todas as áreas avaliadas. Os maiores riscos concentram-se na inclusão social e na pluralidade de mercado, refletindo tanto a fragilidade econômica dos meios de comunicação quanto a insuficiente representação de minorias e a crescente presença de “desertos de notícias”, sobretudo ao nível local e comunitário.

As condições de trabalho dos jornalistas constituem outro ponto crítico: embora o risco global nesta área seja classificado como baixo, verifica-se um agravamento em relação ao ano anterior, associado à deterioração salarial e à instabilidade laboral. O indicador referente às condições de trabalho atinge risco médio-alto neste monitor, com impacto direto na independência editorial. A presidente da Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas descreve o jornalismo como “um lugar estranho”, onde é cada vez mais difícil permanecer ou até entrar, refletindo a erosão das condições profissionais. E, no que diz respeito às SLAPPs – ações judiciais destinadas a intimidar jornalistas – destaca-se a ausência de monitorização sistemática em Portugal.

Já a independência política dos meios de comunicação, embora classificada como de baixo risco pelo MPM, tem vindo a mostrar sinais de agravamento, com falhas nas salvaguardas de conflitos de interesses, especialmente no setor da rádio e na agência nacional de notícias Lusa, agora propriedade integral do Estado português.

A área da Inclusão Social — particularmente relevante para a análise das comunidades migrantes — apresenta um risco médio-alto, agravado pela fragilidade dos mídias locais e comunitários e pela insuficiente representação das minorias. A ERC (2023) confirma que a diversidade cultural permanece pouco presente na programação da RTP, da SIC e da TVI. Ainda assim, tem-se vindo a registar maior visibilidade mediática de migrantes em temas como habitação, trabalho e direitos humanos, o que reflete mudanças recentes no reconhecimento público da comunidade brasileira em Portugal.

Nos últimos anos, a questão da difamação tem sido uma preocupação significativa. Portugal continua a punir a difamação com pena de prisão ou multa ao abrigo do Código Penal (Lei 48/95, artigo 180), que criminaliza insultos e a imputação de factos. Casos recentes têm frequentemente resultado em sanções do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos por violações da liberdade de expressão.

Quanto à moderação de conteúdos online, esta respeita os direitos constitucionais e os regulamentos da UE, mas persistem problemas de transparência. Os relatórios sobre moderação são limitados e pouco

claros, sobretudo no que diz respeito à “moderação de visibilidade” (a nova forma de censura) e às remoções de conteúdos. As autoridades públicas também carecem de transparência nos pedidos de moderação, apresentando informações desatualizadas em seus sites. Além disso, a legislação relativa à desinformação é escassa, apesar do aumento de narrativas falsas. Não existe uma estratégia nacional abrangente nem mecanismos regulares de monitoramento da desinformação.

A lei portuguesa sobre denunciadores (whistleblowers) é limitada, protegendo apenas quem denuncia infrações no âmbito de suas funções profissionais, com garantias mínimas e aplicação prática fraca. Faltam campanhas de sensibilização, e as proteções excluem vítimas de problemas de governação, violência doméstica ou crimes ambientais. Casos mediáticos recentes, desde a corrupção até o cibercrime, evidenciam a necessidade de reforçar as salvaguardas legais.

Quanto à segurança física dos jornalistas, o contexto em Portugal tornou-se mais complexo devido ao aumento da polarização política. O Sindicato dos Jornalistas criou um canal para denunciar pressões e ameaças, incluindo nas redes sociais, nos e-mails e intimidações presenciais destinadas a condicionar a liberdade de imprensa. Portugal dispõe de proteções robustas para jornalistas, mas carece de medidas específicas para lidar com vigilância ilegal ou com tecnologias intrusivas, como o spyware. Para prevenir vigilância abusiva, o Governo português aprovou em 2025 o PNSJ – Plano Nacional de Segurança dos Jornalistas, destinado a proteger profissionais da mídia contra ameaças *online*, oferecendo formação em segurança digital, proteção de dados, resiliência cibernética e gestão de riscos.

Por fim, a questão da corrupção. No Índice de Percepção da Corrupção de 2025 (TIP, 2026), Portugal obteve 56 pontos. Caiu para o 46.º lugar entre 182 países — o seu pior resultado de sempre —, mantendo-se abaixo da média da União Europeia e entre os países com pior desempenho na Europa Ocidental. O declínio reflete uma tendência negativa que começou em 2022 e decorre principalmente de avaliações menos favoráveis em várias fontes do índice, destacando fraquezas persistentes na integridade pública, na eficácia dos mecanismos de prevenção e supervisão e na ausência de uma Estratégia Nacional Anticorrupção atualmente em vigor. Apesar de alguns progressos legislativos, a implementação de políticas e o acompanhamento institucional continuam por consolidar nesta área.

Os mídia e a diáspora brasileira em Portugal nas últimas décadas

Etapa inicial marcada pela desconfiança

O início de uma forte diáspora de brasileiros para Portugal pode dizer-se que começa no final do século XX, com o crescimento de fluxos de migração vindos do Brasil, na maior parte na procura de trabalho, em áreas muito diversificadas – dos serviços ao comércio e indústria –, mas também com muitos jovens brasileiros a procurarem formação superior, nos diversos graus de ensino, nas universidades portuguesas. A migração brasileira tornou-se então estrutural e não apenas conjuntural, isto é, ao contrário das primeiras vagas migratórias dos anos 1980 e início dos anos 1990 — mais pequenas e marcadas por motivações individuais —, a partir dos anos 2000, a migração brasileira passa a ter caráter permanente, com redes de apoio — familiares, religiosas, comunitárias —, maior institucionalização e presença crescente em vários setores da sociedade portuguesa (Santos, 2010).

Começaremos, então, pelo início de uma diáspora migratória proveniente do Brasil no final do século XX. Este começo foi claramente marcado pelo alheamento inicial da sociedade portuguesa face a este primeiro fluxo de emigrantes brasileiros que então chegavam a Portugal, ainda nos anos 90. Isto, numa altura em que, no país, curiosamente, a comunicação social dava notícias sobretudo da emigração do Leste europeu e dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) para Portugal. Já então era evidente que “o discurso sensacionalista, a linguagem do espetáculo do real, a atualidade trágica e a catástrofe, o *fait-divers*, a curiosidade e o monstruoso, etc.” iam preenchendo a narrativa da comunicação social, “deixando pouco espaço ao rigor, à contextualização e, enfim, ao humano.” (Cádima & Figueiredo, 2003: 5).

Neste estudo, era evidente que a comunidade brasileira não figurava entre os principais protagonistas da informação sobre imigração, imigrantes e minorias étnicas. Na análise então realizada, o tratamento jornalístico incidia, na sua maioria, sobre os imigrantes do Leste (30% das notícias), seguido dos protagonistas classificados genericamente como ‘imigrantes’ (28%). Os imigrantes de etnia cigana e os oriundos dos PALOP surgiam em 3.º e 4.º lugares (com 12,5% e 12,3%, respetivamente). Em 5.º lugar, a grande distância dos demais (com 4,5%), situavam-se, então, os imigrantes brasileiros. No período em que a análise foi realizada – de



janeiro de 2001 a março de 2002 —, as comunidades do Leste assumiam claramente maior visibilidade na agenda dos meios de comunicação quando se falava sobre imigração e minorias étnicas. Essa visibilidade surgiu em decorrência da nova realidade vivida pela imigração em Portugal naquele momento (Cádima & Figueiredo, 2003).

Os primeiros impactos na mídia, da comunidade brasileira então emergente na sociedade portuguesa, são muito negativos para os brasileiros em geral, que estavam então a descobrir Portugal como destino de estudo e/ou trabalho. Um discurso e uma narrativa mediática centrados em um certo alheamento e na indiferença, ou esquecimento, narrativa que rapidamente evolui para um contexto de práticas jornalísticas sensacionalistas, onde desinformação, alarmismo e um ambiente de “moral panic” predominavam, como veremos a seguir, com a abordagem do caso Mães de Bragança.

A comunidade brasileira era então, nestes primeiros anos do novo século, como que separada entre “homens” e “mulheres”: os primeiros, “clandestinos”, envolvidos no crime, “malandros” ou vítimas de redes organizadas. As mulheres, em geral, ascendiam à narrativa mediática enquanto “prostitutas” ou “mulheres sensuais”, num contexto de “ambientes noturnos e rusgas policiais”, sendo que, nestas peças jornalísticas, os estereótipos coloniais atualizam-se por meio de atributos imputados às imagens das mulheres brasileiras, por vezes de forma sutil. (Ferin, 2009).

Perante um quadro destes, que, basicamente, foi montado, como refere Ferin (2009), por alguns meios de comunicação caracteristicamente sensacionalistas, era óbvio que os portugueses não estavam senão desconfiados em relação a esta nova comunidade recém-chegada a Portugal. Era óbvio que a cobertura efetuada pelos meios de comunicação condicionava então a percepção do ‘outro’, contribuindo para empobrecer a diversidade multiétnica e conduzir à intolerância, tal como referiam Cádima & Figueiredo (2003), que alertavam ainda para a necessidade de os meios de comunicação infletirem o processo, dando “outro tipo de atenção às estratégias políticas mais capazes de incluir as minorias na vida política, influenciando a formação da ação política e enquadrando de forma mais cabal e aprofundada a compreensão dos vários acontecimentos em que estas comunidades se viam envolvidas.” (Cádima & Figueiredo, 2003: 6).

Importa ainda ver como se passavam as coisas do outro lado do Atlântico, ou seja, como os mídia brasileiros reportavam a migração de brasileiros para Portugal. Segundo Posch & Cabecinhas (2020), a presença brasileira era construída de forma paradoxal: os migrantes estão simbolicamente presentes, mas as suas experiências reais permanecem ausentes. A cobertura mediática no Brasil tendia, assim, a enfatizar narrativas idealizadas — qualidade de vida, segurança, oportunidades — enquanto silenciava temas como precariedade laboral, discriminação, burocracia ou desigualdades estruturais. Assim, os mídia brasileiros produziam uma imagem seletiva e aspiracional de Portugal, que funcionava como “projeto de futuro”, mas ao mesmo tempo criava um viés sobre os desafios enfrentados pelos próprios migrantes. Esta construção semiótica contribuiu, na perspectiva das autoras citadas, para reforçar expectativas irreais e para alimentar novos fluxos migratórios baseados numa representação incompleta da realidade.

O caso “Mães de Bragança”

Uma das causas da reação adversa dos portugueses à imigração brasileira para Portugal no início do novo milênio teve a ver com o caso Mães de Bragança. Trata-se de um caso que surgiu em 2003, quando um grupo de mulheres da cidade de Bragança, no nordeste do país, se mobilizou contra a presença súbita de cerca de uma centena de mulheres brasileiras que passaram a trabalhar em bares de alterne da cidade. Num município com menos de 28 mil habitantes, a chegada massiva dessas mulheres — muitas envolvidas em prostituição ou serviços de companhia — gerou forte tensão social. As esposas de homens que frequentavam esses espaços organizaram-se num movimento que alegava defender a estabilidade familiar e o bem-estar dos seus filhos. A cobertura da mídia foi intensa e ultrapassou inclusive o contexto local.

O diário *Público*, a 1 de maio de 2003, no suplemento Local Porto, publicava um artigo de Helena Fidalgo, dando sobretudo voz às queixosas, as chamadas “Mães de Bragança.” O grupo de mulheres havia lançado um abaixo-assinado pedindo intervenção das autoridades para travar o que considerava uma “onda de loucura” provocada pela chegada à cidade de dezenas de mulheres brasileiras associadas à prostituição. As subscritoras afirmavam que a presença dessas mulheres estaria a destruir lares, levando a comportamentos como o abandono familiar, a violência doméstica, dívidas e a perda de património. No texto, descrevem a situação como uma “invasão” que estaria a degradar valores locais e a transformar Bragança num centro de

vida noturna, de álcool, drogas e prostituição. O artigo mostra, sobretudo, o impacto emocional e económico vivido por algumas das mais de cem signatárias, que se propunham “salvar” a cidade.

A revista *Time* publicaria, inclusive, uma edição cuja capa, intitulada “Europe’s New Red-Light District”, associava Bragança à prostituição, o que provocou indignação generalizada na cidade. O Público referia-se ao assunto, citando Júlio de Carvalho, advogado e ex-governador civil de Bragança: “Isto de novo nada tem, prostituição sempre houve e há de haver, mas Bragança, nesta matéria, ainda é uma cidade limpa” (Fragoso, 2003). A cobertura nacional e internacional transformou o caso em um símbolo de debates mais amplos sobre imigração, moralidade pública, género e desigualdade económica (“Prostituição brasileira em Bragança”, 2003).

O caso tornou-se emblemático pela forma como a imigração brasileira foi representada em Portugal no início dos anos 2000, tendo sido enquadrada pelos meios de comunicação como uma “invasão” associada à prostituição, reforçando estereótipos negativos e sexualizados sobre mulheres imigrantes. A cobertura nacional e internacional — incluindo títulos como a *Time*, o *Guardian*, Público, *Correio da Manhã*, *Folha de S. Paulo* e *Veja* — transformou o caso em um símbolo de choque moral e social, apresentando a imigração como ameaça à família e à ordem local. Este enquadramento mediático contribuiu para respostas securitárias, como ações policiais e deportações, e consolidou percepções públicas que associavam a imigração brasileira ao risco, à desordem e à degradação moral. O episódio permanece como um marco na relação entre imigração, género e representação mediática em Portugal.

Correia (2014) revisitou o tema dez anos depois, concluindo que houve uma evolução nesse tipo de tratamento noticioso. Em casos semelhantes, encontrou um “abrandamento de afloramentos xenófobos”, “ângulos humanitários e de afirmação de direitos humanos”, ausentes no caso de Bragança. A contribuição de ONGs com enquadramentos alternativos para o problema da prostituição e “alguma sensibilidade crítica” induziu “contenção nesse componente particular nos relatos mais recentes de situações similares” (Correia, 2014: 192). Minga (2018) também analisou o modo como a imprensa portuguesa construiu e reproduziu estereótipos sobre as mulheres brasileiras, a fim de compreender padrões mais amplos de representação mediática. A autora concluiu que o jornalismo português tendia a sexualizar, moralizar e homogeneizar a figura da mulher brasileira, associando-a à prostituição, à ameaça à família e à desordem social. Para Minga, o jornalismo português, ao privilegiar discursos moralizantes e sensacionalistas, contribuía para a construção de um “outro” feminino e estrangeiro, reforçando fronteiras simbólicas entre “portuguesas” e “brasileiras” e influenciando percepções públicas sobre imigração e género.

Sobre o caso, Ferin (2005) defendeu que décadas de telenovelas brasileiras criaram, em Portugal, um imaginário coletivo que sexualizou e exotizou as mulheres brasileiras, influenciando tanto o olhar social quanto a cobertura jornalística da imigração feminina. Esse imaginário — reforçado por estereótipos coloniais da “mulher dos trópicos”, jovem, sensual e disponível — era de alguma forma reproduzido nos telejornais por meio de imagens fragmentadas dos corpos, títulos apelativos e a ausência de voz das próprias mulheres prostituídas. No caso das Mães de Bragança, esse olhar encontrou terreno fértil em um contexto regional conservador, marcado por desigualdade, emigração masculina e repressão da sexualidade feminina, em que as brasileiras foram vistas como ameaça moral e em que uma cobertura midiática sensacionalista reforçou velhos imaginários coloniais e novos estereótipos.

Refira-se, ainda, o livro do sociólogo José Machado Pais (2016), *Enredos Sexuais, Tradição e Mudança. As Mães, Os Zecas e as Sedutoras e Além-Mar* é um trabalho de base etnográfica e antropológica que, de alguma forma, vem corroborar a análise dos investigadores da área já citados. O livro reflete sobre as discontinuidades históricas entre Portugal e o Brasil e sobre como as representações culturais moldam os conflitos sociais contemporâneos. A narrativa acompanha o autor por casas de alterne e rituais locais, revelando como crenças populares — como feitiços, “chás de amarração” ou macumbas — convivem com explicações mais mundanas dadas pelos homens. De novo, os estereótipos sobre a “sedutora brasileira” e o “português otário” têm raízes históricas profundas, ligadas a imaginários coloniais e a dilemas de masculinidade. Ao mesmo tempo, evidencia o choque entre tradição e modernidade numa região marcada por forte religiosidade, emigração masculina e papéis de género rígidos, concluindo que a prostituição diz muito sobre a sociedade. O Público retomava o tema na altura da publicação do livro, e escrevia: “Desde o desembarque das caravelas no Brasil, as brasileiras povoam as fantasias dos portugueses. Primeiro, eram as índias sedutoras. Depois, também as mulatas. Esse imaginário persiste ‘como uma herança colonial’”. Com o movimento Mães de Bragança, o estereótipo da brasileira como mulher acessível, erótica e sensual, ganhou força. “Elas passaram



a constituir uma figura dramática compósita, fonte de desejo e de maldição, de prazer e de dor” (Pereira, 2016).

O fenômeno teria ainda outras avaliações, inclusive no plano da economia local. Como refere Nogueira (2023), na sua tese de mestrado, o estudo analisa os efeitos econômicos do caso Mães de Bragança, mostrando que a repressão à prostituição e o encerramento de bares associados ao fenômeno tiveram, inesperadamente, impactos econômicos positivos na região. O autor analisou indicadores como PIB per capita, número de empresas e consumo local, e concluiu que a intensa cobertura mediática, nacional e internacional, atraiu turistas e estimulou as atividades econômicas, especialmente no setor do turismo.

Como podemos ver, no caso concreto das Mães de Bragança, o conjunto de trabalhos jornalísticos publicados sobre o assunto pelo jornal Público nunca ultrapassou o mero relato circunstancial do acontecimento, ou seja, não evoluiu para um nível de aprofundamento sociológico, de enquadramento social, histórico e político, e de não alimentação do estereótipo sobre as jovens brasileiras, submetidas, por meio de redes de tráfico humano e de drogas (Franco, 2008), à mais antiga profissão do mundo em terras bragantinas – por definição ultramontanas e conservadoras. Algo que, aliás, viria a ser feito mais tarde. Veja-se, por exemplo, o texto de Coelho (2025), “De Gabriela ao caso Mães de Bragança, quem são ‘as brasileiras’?”, sobre a peça de teatro “Vimos Roubar os Vossos Maridos”, de Maria Giulia Pinheiro, apresentada em Lisboa. Como recordava Alexandra Prado Coelho, na novela brasileira Gabriela, inspirada em Jorge Amado, transmitida na televisão pública portuguesa (RTP) em 1977, as senhoras da cidade de São Jorge dos Ilhéus, esposas dos coronéis, também fizeram um abaixo-assinado contra a participação das prostitutas do Bataclan na procissão das meninas liderada por Maria Machado. A peça, esta sim, questionava claramente os estereótipos, retomando o tema com uma abordagem onde a “tríade capital/racismo/machismo” era equacionada também em suas diferentes formas entre Brasil e Portugal, “ainda que as opressões sejam as mesmas”, como referia a autora da peça.

Dinâmicas contraditórias: alteridade e margem

A fase de progressiva integração da comunidade brasileira em Portugal ocorre ao longo da primeira década do século XXI, mas ainda com claras resistências em relação à sua inclusão plena, e isso acontecia tanto nas regiões do interior do país, onde uma parte dessa emigração começou a se estabelecer, quanto nos grandes centros urbanos.

Um primeiro aspeto a reter é a assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal, em vigor desde 2000, que conferia aos brasileiros direitos especiais no território português, incluindo a possibilidade de solicitar residência com menos exigências.

Doravante, as coisas iriam mudar. Entramos numa fase que se distingue claramente da anterior, com o reconhecimento progressivo da comunidade brasileira em Portugal. Diríamos que esse foi, em primeiro lugar, o resultado de uma mudança, sobretudo no discurso dos meios de comunicação, abandonando-se o registo de tipo mais sensacionalista. A percepção dos média inverte-se e deixa de ser apenas um quadro de notícias de situações extremas, como crimes ou prostituição no seio da comunidade brasileira, corrigindo esse viés. É sobretudo essa dinâmica de transição e de realinhamento discursivo sobre o acontecimento associado ao imigrante que ocorre nesta fase.

Dá-se então uma rápida transição que antecede a fase de consolidação da comunidade brasileira em Portugal, com a emergência de um discurso mediático de reconhecimento da importância da comunidade na sociedade portuguesa (Blanco de Moraes & Gil, 2023). Este movimento ocorre com base em vários aspetos a salientar: i) surgimento de novos emigrantes investidores na economia portuguesa; ii) surgimento de novos meios de comunicação direcionados à comunidade; iii) a importância (de conexão) das redes sociais; iv) a facilidade da mesma língua; v) ainda com um reverso da medalha: as perspetivas da comunidade brasileira e dos seus meios de comunicação.

Veremos agora mais atentamente como se dá essa inversão e como a sociedade portuguesa evoluiu em duas décadas, de uma percepção muito negativa para uma progressiva, embora não absoluta, consolidação e integração da comunidade brasileira. Claro que as dinâmicas de acolhimento e reconhecimento, embora sendo agora mais frequentes no discurso mediático, não geraram efeitos imediatos plenos no campo social. Esta é, por assim dizer, a fase em que nos encontramos, em paralelo com a emergência de novas questões surgidas recentemente – as questões da polarização política, às quais vamos dar atenção no final desta nossa análise.

Na fase atual, a representação da comunidade brasileira nos meios de comunicação portugueses coexiste em paralelo a um novo contexto de fluxos migratórios mais complexos e intensos, marcados pelo crescimento de novas comunidades provenientes, sobretudo, de países asiáticos (Nepal, Índia, Paquistão).

Podemos dizer que estamos agora perante uma comunidade brasileira mais bem integrada – a maior comunidade migrante em Portugal, com cerca de 500 mil cidadãos (35% do total a nível nacional). Para essa integração progressiva, contribuiu de alguma maneira a correção do viés inicial observado no sistema de mídia em Portugal, reconhecido, no plano europeu (MPM 2025), e também no plano global (RSF 2024), como genericamente plural e cumpridor de direitos, liberdades e garantias constitucionais.

Assim, como já referido, relativamente aos imigrantes brasileiros, verificou-se um progressivo reconhecimento da comunidade na sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas. Sob diferentes perspetivas e níveis de reconhecimento. Desde logo, refira-se a inversão na narrativa mediática, com a representação do imigrante deixando de ter a imagem negativa dominante no discurso da comunicação social dos primeiros anos, sobretudo nos meios de comunicação mais sensacionalistas, como sucedia com o *Correio da Manhã*, matéria já analisada por Ferin (2009).

Em consequência do discurso mediático emergente, dá-se então essa progressiva mutação, não somente no trabalho dos jornalistas, mas também nas práticas dos cidadãos, autoridades e instituições, que também tiveram sua responsabilidade na consolidação de uma nova narrativa que agora, de forma mais justa e correta, espelha a realidade dos emigrantes brasileiros em Portugal. E também o reconhecimento, por parte da própria comunidade brasileira, por meio de suas associações, ONGs etc., da abertura e da receptividade de Portugal à diáspora brasileira.

Paralelamente, identificamos o reconhecimento mais pronunciado das dimensões da “diversidade” e da “inclusão” no discurso dos meios de comunicação (MPM, 2025). De fato, neste final do primeiro quartel do século XXI, o reconhecimento e a cada vez maior receptividade ao emigrante brasileiro em Portugal têm sido evidentes ao longo dos últimos anos. Giovanna Tavares (2024) colocou a questão de forma absolutamente inequívoca, relativamente à comunidade porventura mais marginal da própria diáspora brasileira, a comunidade LGBTQIAP+.

“Portugal tem-se afirmado como um dos países mais progressistas da Europa no que diz respeito aos direitos da comunidade LGBTQIAP+. Esse avanço atrai pessoas de todo o mundo, especialmente do Brasil, que enxergam em Portugal uma oportunidade de viver em segurança, com dignidade e direitos assegurados. Para muitos brasileiros LGBTQIAP+, o desejo de se legalizar em terras portuguesas vai além de uma simples questão migratória; é, muitas vezes, uma questão de sobrevivência diante da violência e da discriminação estrutural enfrentadas no Brasil.” (Tavares, 2024).

Dado suplementar é que, nomeadamente para os brasileiros LGBTQIAP+ que “chegam ao país em situações de grande vulnerabilidade, especialmente aqueles que enfrentaram perseguição na sua terra natal devido à orientação sexual ou à identidade de género” (Tavares, 2024), Portugal, como signatário da Convenção de Genebra, oferece às vítimas de perseguição nos países de origem condições de asilo ou proteção subsidiária, em respeito integral pelos direitos humanos das vítimas. Aliás, para estes imigrantes, em particular, existem ainda outras opções para a sua regularização.

“Os brasileiros podem solicitar vistos de trabalho ou estudo, sendo que a legislação portuguesa proíbe qualquer tipo de discriminação com base na orientação sexual no mercado de trabalho ou nas instituições de ensino. Casais LGBTQIAP+ têm ainda a possibilidade de requerer autorização de residência por reagrupamento familiar, visto que Portugal reconhece uniões estáveis e casamentos entre pessoas do mesmo sexo desde 2010.” (Tavares, 2024).

Mas, conforme refere ainda Giovanna Tavares, nem tudo corre sempre bem. Apesar de a legislação ser avançada neste domínio, permitindo inclusive a alteração de género com maior dignidade e segurança, sem necessidade de diagnóstico médico, há vários aspetos a melhorar, por exemplo, através de programas específicos para refugiados LGBTQIAP+, na formação de profissionais de saúde e assistência social, na promoção de campanhas contra o preconceito no mercado de trabalho, etc. Tavares refere, por exemplo, o preconceito relativamente às pessoas trans, que relatam maiores dificuldades na sua inclusão plena, na obtenção de trabalho, habitação, etc. De qualquer modo, para Giovanna Tavares, Portugal consolida nesta área



a sua imagem de país acolhedor, garantindo que os imigrantes LGBTQIAP+ se legalizem e tenham, face à lei, igualdade de condições e oportunidades.

Portugal, aliás, no ranking dos países europeus sobre os direitos LGBTI, encontra-se em 11º lugar na Europa, com uma avaliação média de 67% (em 100%), face à média dos países da União Europeia, com 51%, sendo as matérias de crime de ódio e discurso de ódio as de pior avaliação, por oposição ao espaço público, à família e ao reconhecimento de gênero, onde Portugal apresenta melhores condições (Rainbow Map, 2025). Há, claramente, trabalho a fazer, ainda mais nesta área, como se pode ver em outros estudos sobre esta comunidade em Portugal (Tibiriçá, 2025).

Nos diversos setores de atividade em Portugal, a comunidade brasileira passou a estar, entretanto, muito bem representada em várias áreas, como, por exemplo, consultórios de dentistas, empresas de construção civil, produtores de vinhos, professores e investigadores universitários, serviços, restauração, etc. Na maior parte dos casos, falamos, naturalmente, de acolhimento e reconhecimento de todos esses profissionais por parte da sociedade portuguesa em geral.

Importa deixar aqui dois ou três testemunhos nesta matéria selecionado do corpus mediático consultado. Um dos melhores exemplos do bom acolhimento que a sociedade portuguesa tem atualmente para com os brasileiros é o caso do dentista brasileiro Alexandre Carvalho, que trouxe a família para Portugal em busca de mais tranquilidade e segurança. E diz: “A gente já se sente de Portugal, daqui”. (Carvalho, 2025).

Em Braga, Alexandre Carvalho confessa ter encontrado tudo o que procurava: “A gente tinha uma vida muito boa no Brasil, não tenho do que me queixar. Digo que chegámos ao máximo que a gente podia crescer lá. Tinha a nossa casa, uma clínica, carro, tudo. Mas os meninos cresceram, estavam a chegar à adolescência e a questão da qualidade de vida afetou[-nos] muito”, conta Alexandre. E por qualidade de vida deve entender-se, sobretudo, a segurança.” Refere que, em matéria de insegurança, a situação começou a pesar demasiado e, olhando sobretudo para o futuro e para o crescimento dos filhos, importava, na sua perspetiva, tomar uma decisão. E refere à jornalista Patrícia Carvalho (2025): “Eles começaram a querer rua e a gente não tinha como dar rua para eles. A tendência de todo adolescente do interior é ir morar na capital, fazer faculdade. Estava chegando esse momento de eles irem morar sozinhos e, com a questão da violência, a gente resolveu repensar nossos planos.” Vieram então à procura do seu El Dorado em Portugal, em Braga, mais especificamente, na cidade onde vivia a sua irmã, com o filho e a mãe. E terá sido “amor à primeira vista”.

“Resolvidos os aspetos burocráticos, feita a adaptação ao clima, conseguida a habitação e uma clínica, ficaram. Difícil foi a despedida do Brasil, da casa dos amigos, do mar... Hoje, na clínica Origem, em Braga, eles dão trabalho a 16 pessoas, incluindo dentistas brasileiros, portugueses e uma peruana. No primeiro ano, dizem, tiveram ‘1200 novos pacientes’, dos quais 80% eram brasileiros. A sua mulher, Sílvia, também trabalha lá, na área administrativa, e o casal afirma que o conceito do projeto é mesmo de ‘inclusão’.” (Carvalho, 2025).

Relata ainda a jornalista do Público, Patrícia Carvalho (2025):

“Entre o café, o óleo de dendê e a massa de acarajé que trazem sempre que voltam das férias no Brasil, onde vão pelo menos uma vez por ano, e a paz e o acolhimento que dizem ter encontrado por cá, Alexandre não pensa em deixar o país. Assume uma sensação de pertencimento que chega de diferentes formas. ‘Nós vamos ao Brasil, passamos lá vinte dias. Mas quando voltamos, estamos no voo da TAP e o piloto fala: ‘Atenção, senhores passageiros, preparem-se para aterrar no aeroporto de Lisboa; o céu na capital portuguesa encontra-se bom, 15 graus’. Quando escuto isso, a sensação é de que estou chegando em casa. Já nos sentimos de Portugal, daqui. Construindo, gerando emprego, riqueza, colaborando. E tem outra brincadeira que faço e que acontece de verdade. Quando colocamos aquele clipe da Mariza em que ela fala ‘Ó gente da minha terra’ e derramamos lágrimas, já era, entendeu? Já foi”.

Os casos e situações citados são apenas exemplos, sendo possível continuar indefinidamente com outros casos e situações igualmente bem-sucedidas de emigrantes brasileiros perfeitamente integrados na sociedade portuguesa na atualidade. Infelizmente, não podemos falar por toda a comunidade, mas,

comparativamente, há trinta anos, a evolução é extremamente significativa e permite, de fato, entender por que houve esse crescimento explosivo de uma comunidade em três décadas. Repare-se que, segundo o próprio governo brasileiro (Ministério das Relações Exteriores, 2024), o número de brasileiros residentes em Portugal é de 513 mil, segundo dados oficiais, no final de 2023. Isto é, quando, em 1999, havia apenas 20.851 brasileiros residentes no país. O grande boom ocorre sobretudo a partir de 2019, ano em que já se registravam 151.304 cidadãos residentes (ACM, 2021).

Na área da restauração, veja-se um outro caso de integração plena, o caso de Diego Grunewald e da sua Costelaria Don Gaúcho, em Vila Nova de Cerveira, no norte do país. Tornou-se viral nas redes sociais graças a “um incrível espetáculo de churrasco”, o que gerou muitos comentários e atraiu visitantes de Portugal e Espanha. A especialidade da casa é o churrasco gaúcho, defumado num grelhador artesanal criado por Diego Grunewald, brasileiro com 38 anos, do Rio Grande do Sul, e fundador da Costelaria. Diego mudou-se para Portugal com pouco mais de 30 anos, após a morte da mãe, em busca de qualidade de vida que sempre procurou no Brasil. Ao chegar a Portugal, por sua proximidade com a cultura gaúcha, começou a trabalhar em um talho. “A empresa deu-me a oportunidade de conhecer diferentes brasseries e espaços na Europa, onde percebi que havia espaço para introduzir um conceito muito brasileiro, dedicado ao churrasco gaúcho” (Simões, 2025). Com a ajuda do sogro, construiu um grelhador artesanal (pit) para defumar as carnes, e começou com alguns cortes na garagem de casa. Em pouco tempo, a garagem virou destino de verdadeiras romarias à porta: “Todos os dias chegavam peregrinos, turistas e muitos locais à procura das nossas costelas assadas”. Dez anos depois de chegar a Portugal, Diego Grunewald possui um dos restaurantes mais procurados no norte do país.

Na área da vinicultura há realmente uma paixão que cruzou o Atlântico (Vasconcelos, 2024) e alimenta a produção de vinhos em terras portuguesas. Hoje, em Portugal, são inúmeros os imigrantes e investidores brasileiros (Nunes, 2024) que produzem vinhos de excelente qualidade para consumidores exigentes. A lista é longa, e é evidente que se trata de uma comunidade perfeitamente integrada, que veio dar um forte impulso à produção vinícola em Portugal. Na região do Douro, podemos falar de Rubens Menin, da Menin Douro Estates; de Bianca Rocha, da Quinta do Vianna, em Mesão Frio; de Camilo Mello Azevedo Lima, da Quinta da Covela; de Fernanda Zuccaro, da Quinta Alta; e de Rodrigo Soares, da Quinta da Castanheira. Na região do Dão, Marcelo Villela, produtor do Textura Wines; de Juliana Kelman, da Quinta Kelman; de Otacílio Soares, da Quinta Domínio do Açor. E muitos mais haveria a referir.

O país é também cada vez mais procurado pelos chamados “emigrantes de luxo” do Brasil, que vêm investir em Portugal. Os exemplos são inúmeros, mas poderíamos falar do caso particular de Rubens Menin, um dos maiores industriais brasileiros da atualidade, que é proprietário de um dos maiores empreendimentos vinhateiros do Douro, no norte de Portugal, onde produz vinhos com sua marca, tendo como objetivo, em boa parte, o mercado brasileiro. Outro exemplo é o do novo bairro de luxo em Lisboa, o Prata Riverside Village, cuja média de preço por apartamento ronda o milhão de euros, sabendo-se que cerca de 10 por cento dos proprietários são brasileiros radicados ou com interesses econômicos em Portugal (Rattner, 2025). Nas artes, nas letras e na música, há também uma constante sinergia entre a cultura brasileira e o público português, sendo um dos acontecimentos mais notáveis o Rock in Rio, de Roberta Medina, que desde 2004 se realiza regularmente em Lisboa, com um sucesso extraordinário, sempre contando com nomes importantes da música brasileira no seu cartaz.

Por fim, vejamos os problemas mais recentes, que alertam para o crescimento da polarização política em Portugal e para a emergência da extrema-direita, designadamente no período de 2014-2024. Apesar dos casos reportados e da integração quase perfeita de muitos cidadãos e investidores brasileiros em Portugal, muitos deles já são cidadãos portugueses também. Há, portanto, algumas nuvens no horizonte. A emergência da polarização política e o fenómeno da regressão democrática estão cada vez mais na ordem do dia, o que significa que, com o crescimento da extrema-direita em Portugal, o “imigrante” voltou a ser, em alguns contextos – felizmente bem delimitados –, o “outro”.

A ascensão da extrema-direita em Portugal tem reconfigurado certos discursos públicos sobre imigração, reativando fronteiras simbólicas que pareciam atenuadas. Neste cenário, o “imigrante brasileiro”, que durante anos foi percebido sobretudo como próximo, culturalmente afim e economicamente contributivo, volta a ser construído, em alguns contextos específicos, como o “outro”. Essa reemergência de uma alteridade negada manifesta-se sobretudo em espaços discursivos marcados pelo reacionarismo, pela retórica securitária e pela instrumentalização política da imigração. Assim, mesmo num quadro de integração globalmente bem-sucedida, o novo quadro político em Portugal expõe como a pertença e o reconhecimento continuam

vulneráveis às dinâmicas de polarização e às lógicas de exclusão que ganham força em momentos de incerteza social e política.

Embora as novas dinâmicas de nomeação do “outro” não se direcionem diretamente à comunidade brasileira, mas mais às comunidades indostânicas e muçulmanas, é um fato que proximidade cultural e linguística, por si só, não elimina processos de estigmatização e segmentação social. A afinidade linguística e cultural cria uma ilusão de integração mais fácil, mas não elimina essa dificuldade, o que significa que a tão reivindicada “lusofonia” tem suas ambivalências, também invisibiliza desigualdades e discriminações. Deste modo, podemos dizer que a construção social da “brasilidade” em Portugal tem essas várias dimensões: aproxima e afasta, integra e hierarquiza. Em síntese, a comunidade brasileira em Portugal é diversa, complexa e estratificada, marcada por uma clara heterogeneidade, tensões de integração, desigualdades estruturais e estereótipos de gênero que persistem apesar da integração de muitos outros segmentos.

Portugal foi, durante décadas, uma exceção europeia no que diz respeito à presença eleitoral da direita radical. A explicação para o crescimento recente desse campo político — sobretudo após 2015 — é complexa. Portugal deixou de ser uma exceção europeia porque as condições que antes travavam a direita radical — memória histórica do regime anterior de Salazar e Caetano, moderação partidária, baixa polarização — se foram desvanecendo. Marchi (2023) argumenta que essa “excepcionalidade” começou a esbater-se à medida que novas gerações, sem memória direta do regime ditatorial, passaram a participar politicamente, e que o sistema partidário se fragmentou.

Hernandez-Morales (2026) vem, entretanto, apresentar uma leitura mais conjuntural relativa à emergência da direita radical em Portugal, defendendo que o desgaste do governo de António Costa abriu espaço para o partido Chega, que nas eleições de 2025 conseguiu 60 deputados no Parlamento. O artigo argumenta que a ascensão da direita radical em Portugal está intimamente ligada ao legado político de António Costa. Embora Costa tenha sido um primeiro-ministro popular e tenha garantido estabilidade durante anos, o texto defende que o seu estilo de governação, marcado por centralização de poder, erosão da confiança no PS devido a sucessivos escândalos – casos de corrupção que envolveram o antigo primeiro-ministro José Sócrates, que também conduziu o país à bancarrota – criaram um ambiente de frustração e desconfiança que abriu espaço para o crescimento da extrema-direita. Além disso, falhas na resposta a problemas estruturais como a crise na habitação, descontrolo sobre a imigração – que em menos de dez anos quadruplicou durante os governos de Costa, passando de 5% para 15% da população portuguesa, e os seus efeitos nos diversos serviços públicos, agora sob enorme pressão, foram capitalizadas pela direita radical, que se apresentou como alternativa anti-sistema.

Marchi (2023) oferece uma explicação mais profunda e estrutural para o mesmo fenômeno. Entende que a ascensão da direita radical resulta de transformações profundas no tecido sociopolítico e cultural português, que já estavam em curso. Identifica a erosão da confiança nas instituições como um dos motores centrais da direita radical. Para ele, a extrema direita cresce quando o eleitorado sente que os partidos tradicionais deixam de representar seus interesses. E procura mostrar que a direita radical prospera quando há frustração econômica e percepção de declínio social, sintomas que alimentam a radicalização, levando à adoção de soluções simplistas e moralistas. Nesse sentido, o discurso é típico da direita radical contemporânea: emocional, polarizador, anti-elite e radicalmente crítico do “wokenismo” e do “politicamente correto”. Podemos então dizer que o fenômeno resulta, no caso português, da combinação de fatores internos, como, por exemplo, uma reação conservadora a mudanças culturais aceleradas e ao discurso “woke” (questões de gênero, multiculturalismo, etc.), a erosão da confiança nas instituições, corrupção e a instrumentalização da imigração e da insegurança; e, nos fatores externos, as crises econômicas e políticas, a influência internacional e as teorias da conspiração, sem esquecer os impactos das redes e plataformas digitais.

Síntese conclusiva

Como vimos, o discurso mediático e a literatura sobre a migração brasileira em Portugal têm mostrado que esta comunidade, apesar de sua dimensão e diversidade, enfrenta ainda processos de desigualdade, segmentação e racialização. A migração brasileira constitui hoje, em grande medida, o maior contingente estrangeiro no país, com um terço de imigrantes residentes, calculados em cerca de 1,5 milhões de estrangeiros de múltiplas nacionalidades. É, naturalmente, uma comunidade caracterizada por uma profunda heterogeneidade interna. No mesmo fluxo migratório, ao longo dos anos, encontramos estudantes, profissionais altamente qualificados, investidores e trabalhadores precários, quer nos setores de serviços, do turismo ou nos cuidados sociais, na área da saúde. Essa diversidade reflete ciclos migratórios sensíveis às conjunturas



econômicas e políticas de Portugal e do Brasil. A proximidade linguística e cultural, frequentemente evocada como facilitadora da integração, não eliminou, no entanto, obstáculos estruturais. Muitos brasileiros continuam enfrentando precariedade laboral, burocracia, discriminação e estigmatização mediática, sobretudo mulheres e pessoas racializadas (Padilla & França, 2019).

Neste processo, que decorreu ao longo de quase três décadas, a identidade brasileira foi, portanto, atravessada por estereótipos de gênero, sexualidade e raça, que condicionaram oportunidades e moldaram experiências. A estigmatização operou de forma sutil, através de práticas institucionais, discursos midiáticos e interações sociais que reproduziram exclusão e desigualdade. A segmentação laboral é um dos efeitos mais visíveis desse processo: muitos brasileiros são canalizados para nichos de trabalho precário, com baixa remuneração e reduzida mobilidade social. França (2019) argumentou que a afinidade linguística, longe de garantir uma integração plena, pode reforçar expectativas de “integração automática”, dificultando o reconhecimento de discriminação e contribuindo para a “invisibilização” das desigualdades (França, 2019), que afetam sobretudo mulheres, negros e trabalhadores precários, sendo essa dimensão de invisibilidades várias que também contribui para entender como a “brasilidade” tem sido construída socialmente em Portugal.

Dinâmicas identificadas também por Machado (2009), em um dos primeiros estudos sistemáticos sobre a imigração brasileira em Portugal, indicam que a persistência de representações sociais estereotipadas — especialmente sobre mulheres brasileiras — influenciou a forma como a comunidade foi percebida e tratada na sociedade portuguesa. Essas representações, longe de serem meros preconceitos individuais, tiveram efeitos concretos na integração social, no acesso ao trabalho e no reconhecimento público. Houve, assim, uma tensão regular entre indiferença e proximidade, entre margem e alteridade, importante para compreender melhor a consolidação da presença da comunidade em Portugal. Isso implica reconhecer tanto sua integração bem-sucedida, em vários setores, quanto as desigualdades persistentes que afetam, de forma particular, os elementos mais vulneráveis.

Como vimos, o contexto de acolhimento e reconhecimento não está imune aos riscos do atual panorama de (des)informação dominado pelas redes e grandes plataformas digitais. Nem está imune a casos pontuais de xenofobia ou a discursos de ódio, que também ocorrem na sociedade portuguesa em relação a diferentes comunidades migrantes. Por outro lado, as novas possibilidades midiáticas (Observador/LUSA, 2024), de redes sociais fortemente interativas, e de produção de subjetividades no digital não podem iludir, no contexto pós-colonial, o regresso de velhos estereótipos, pelo que “mesmo na apropriação das ‘webdiásporas’, as percepções dos brasileiros sobre a migração em Portugal são construídas a partir de uma estrutura colonial de opressão em que os próprios migrantes se expressam de forma pouco crítica, a partir da posição de assujeitamento” (Ribeiro, 2022).

De qualquer modo, hoje podemos dizer que, salvo uma ou outra situação bem identificada – e que tem mobilizado os governos de Portugal e Brasil para a sua resolução (casos variados, como por exemplo, relativos a passaportes, vistos, certificados de residência, equivalência de habilitações académicas, etc.), genericamente, nestas três décadas, houve uma evolução muito favorável da receptividade por parte das instituições públicas portuguesas ao emigrante e à comunidade brasileira em Portugal, podendo ser referidos os CNAIM (Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes), os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) ou a Linha (telefónica) de Apoio a Migrantes. Também instituições dos setores sociais e não governamentais podem ser referidas, como é o caso da Casa do Brasil, da Associação Mundo Feliz, da Associação Brasileira de Portugal (ABP), da Associação UAI, etc. Não menos importante é o surgimento de meios de comunicação direcionados especificamente para os brasileiros residentes em Portugal, onde destacamos os casos da rádio Tropical FM e, mais recentemente, do DN Brasil e Público Brasil, estes lançados em junho e setembro, respetivamente, de 2024.

Um estudo da Lisbon Public Law (2023), publicado no final de 2023, revelava que a comunidade brasileira era vista como a mais bem integrada em Portugal. O estudo tinha como objetivo fornecer informações para o governo preparar novas propostas de alteração da legislação de imigração. Intitulado “Opinião pública sobre a imigração em Portugal”, o estudo da Lisbon Public Law (Centro de Investigação em Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) foi realizado com base em 1.000 entrevistas, das quais 72,2% dos inquiridos indicavam a comunidade brasileira como bem integrada, acima da dos outros cidadãos europeus (41,2%), dos que chegaram dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (32,4%) ou da comunidade chinesa (23,1%). Com uma perceção menos positiva, surgiam as comunidades indianas e paquistanesas (6,5%) ou as comunidades migrantes oriundas do Norte de África e do Médio Oriente (3,1%).



Em sentido idêntico, temos também o Barómetro da Imigração da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS, 2024). Sobre a questão – “O que pensam e sentem os residentes em Portugal sobre a imigração e os imigrantes?”, as respostas são óbvias quanto à perceção da integração dos imigrantes. Avaliando o impacto que os imigrantes têm, nomeadamente no mercado de trabalho, nas contribuições para a Segurança Social e nos seus efeitos percebidos sobre o emprego, os salários ou a criminalidade, as conclusões do estudo revelam que 68% dos inquiridos concordam que os imigrantes são fundamentais para a economia nacional. Ainda que 68% dos inquiridos refiram que a política de imigração em vigor em Portugal seja demasiado permissiva quanto à entrada de imigrantes no país. Mas a sociedade portuguesa mostra-se favorável à atribuição de direitos aos imigrantes. Por exemplo, a maioria considera que os imigrantes devem poder votar assim como os portugueses, que lhes deve ser facilitada a naturalização ou que devem poder trazer a sua família para Portugal. Segundo este barómetro, a comunidade brasileira é, de longe, a que mais contribui para a Segurança Social portuguesa. Em 2023, entraram 1.033 milhões de euros (38,6% do total das contribuições dos trabalhadores de nacionalidade estrangeira), sendo a segunda nacionalidade a indiana, com apenas 168,4 milhões de euros.

Em síntese final, é muito claro que os estereótipos tradicionais sobre o “outro” influenciaram o discurso e a imagem mediática das mulheres brasileiras, especialmente no contexto do caso “Mães de Bragança”, mas também no da comunidade brasileira LGBT, como vimos nas análises mais detalhadas que fizemos. São, assim, exemplos evidentes de como, numa fase de reforço dos fluxos migratórios do Brasil para Portugal, os meios de comunicação portugueses contribuíram expressivamente para a construção social de representações e perceções da comunidade brasileira, ampliando, a nível nacional, o viés sobre a comunidade, adulterando, assim, a realidade concreta do todo em função de uma visão preconceituosa sobre uma das partes.

Na exata medida em que o discurso mediático sobre a comunidade brasileira evoluiu de um enquadramento negativo inicial para um novo contexto de acolhimento e reconhecimento, de forma mais ampla, é um fato que se registrou uma evolução discursiva nesta matéria, corrigindo-se o enfoque de indiferença e, por vezes, mesmo de “moral panic” dos primeiros anos nos meios de comunicação portugueses. Os fatores que explicam essa mudança são diversos, têm a ver não somente com a perceção real que os portugueses foram assimilando devido a um cada vez maior contato direto com as pessoas migrantes e suas próprias idiossincrasias e cultura, com a sua disponibilidade para contribuir para a economia e o progresso do país, mas também com ações de enquadramento político e legal dos imigrantes em geral, com a atuação de ONGs, associações cívicas etc. Como vimos, novas políticas públicas também foram implementadas nesse sentido. Todos esses fatores acabaram por impactar também os meios de comunicação, além do surgimento, entretanto, de alguns meios de comunicação comunitários, e, também, de forma importante, a contribuição das redes de plataformas digitais, como uma forte malha de interligações no seio da comunidade brasileira, tudo contribuindo para a construção de novas narrativas identitárias. Incluindo, por parte dos meios de comunicação portugueses, a criação de meios específicos para a comunidade brasileira, como foi o caso do DN Brasil e do Público Brasil.

Assim, se as más práticas dos meios de comunicação em geral e do jornalismo enviesado, ou mesmo sensacionalista, contribuíram, de início, para a associação entre imigração brasileira, prostituição, crime e ameaça moral, com evidentes efeitos na imagem e na perceção pública da comunidade brasileira em Portugal no início do século XXI, podemos concluir que, por meio de múltiplas ações que envolveram associações cívicas, políticas públicas, mídia comunitária e nacional, e ainda projetos mediáticos direcionados exclusivamente à comunidade brasileira em Portugal, conseguiu-se inflétir, de modo geral, a tendência crítica registrada inicialmente. Podemos dizer que, apesar das ameaças vindas da polarização política, temos uma integração mais plena da importante comunidade brasileira residente em Portugal, que já representa 5% da população portuguesa.

Nada, portanto, se parece agora com esses anos difíceis que ainda estão bem perto de nós, quando os imigrantes brasileiros em Portugal eram destratados e, de certo modo, perseguidos pelos meios de comunicação portugueses, como se fossem portadores de uma espécie de peste “branca” e contaminassem tudo aquilo em que tocavam. Hoje, as grandes cidades portuguesas espelham esse multiculturalismo, essa presença maciça de emigrantes brasileiros no turismo, na construção civil, na publicidade, nas escolas e universidades do país, nas artes, reformatando radicalmente a imagem mediática inicial e dando um contributo inestimável para um novo modo de ser – e até de falar – dos portugueses, que são cada vez mais irmãos dos seus irmãos, que são, também, cada vez mais, brasileiros.



Referências

- ACM. *Indicadores de Integração de Migrantes: Relatório Estatístico Anual 2021*. Alto Comissariado para as Migrações; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/29201/1/Indicadores%20de%20Integrac%cc%a7a%cc%83o%20de%20Imigrantes%202021.pdf>. Acesso em: 5 maio 2026.
- BLANCO DE MORAIS, C.; GIL, A. R. *Opinião pública sobre Imigração em Portugal*. Lisboa: FDUL/Lisbon Public Law Research Centre, 2023.
- BOURDIEU, P. *Sur la télévision*. Paris: Raisons d'Agir, 1996.
- CÁDIMA, F. R. *Media e democracia em Portugal. Verso e Reverso*, v. 24, n. 55, 2010.
- CÁDIMA, F. R.; FIGUEIREDO, A. *Representações (imagens) dos Imigrantes e Minorias Étnicas*. Lisboa: ACIME, 2003.
- CÁDIMA, F. R. et al. Pluralismo nos media 2024 – agravamento da situação em Portugal. 2024. Disponível em: <https://www.publico.pt/2024/08/12/opiniao/opiniao/pluralismo-media-2024-agravamento-situacao-portugal-2100516>. Acesso em: 5 maio 2026.
- CARRAPATOSO, A. O Estado e os Governos não têm que salvar a Comunicação Social. Também não têm que a matar. *Observador*, 2024. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/o-estado-e-os-governos-nao-tem-que-salvar-a-comunicacao-social-tambem-nao-tem-que-a-matar/> (observador.pt in Bing). Acesso em: 5 maio 2026.
- CARVALHO, P. “A gente já se sente de Portugal, daqui”. *Público*, 31 mar. 2025. Disponível em: <https://www.publico.pt/multimedia/interactivo/imigracao-portugal-meu-pais-alexandre-carvalho-brasil>. Acesso em: 5 maio 2026.
- CCPJ. *CCPJ reforça em Bruxelas posição sobre o European Media Freedom Act*. 2023. Disponível em: <https://www.ccpj.pt/pt/deliberacoes/comunicados/ccpj-reforca-em-bruxelas-posicao-sobre-o-european-media-freedom-act/>. Acesso em: 5 maio 2026.
- CHOULIARAKI, L.; ZABOROWSKI, R. Voice and community in the refugee crisis. *International Communication Gazette*, v. 79, n. 6–7, p. 613–635, 2017.
- COELHO, A. P. De Gabriela ao caso Mães de Bragança, quem são “as brasileiras”? *Público*, 11 set. 2025. Disponível em: <https://www.publico.pt/2025/09/11/culturaipsilon/noticia/gabriela-caso-maes-braganca-sao-brasileiras-2145963>. Acesso em: 5 maio 2026.
- COHEN, S. *Folk Devils and Moral Panics*. London: Routledge, 2011. DOI: 10.4324/9780203828250.
- CORREIA, C. J. Dez anos depois de Bragança, a representação da mulher brasileira nos media. *Verso e Reverso*, v. 28, n. 69, p. 186–192, 2014.
- EBERL, J. M. et al. The European media discourse on immigration and its effects. *Annals of the International Communication Association*, v. 42, n. 3, p. 207–223, 2018.
- ERC. *Relatório de Regulação 2022*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 2023. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/ercpt/erc-relat-rio-de-regula-o-2022/full-view.html>. Acesso em: 5 maio 2026.
- FERIN, I. A cobertura jornalística da imigração. *Comunicação e Sociedade*, v. 15, p. 191–214, 2009.
- FERIN-CUNHA, I. A mulher brasileira na televisão portuguesa. In: *Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico*. 2005. p. 535–553.
- FFMS. *Barómetro da Imigração*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2024. Disponível em: https://ffms.pt/sites/default/files/2024-12/PR_Bar%C3%B3metro%20imigra%C3%A7%C3%A3o_vf.pdf. Acesso em: 5 maio 2026.
- FIDALGO, H. “Mães de Bragança” acusam brasileiras de provocar “onda de loucura”. *Público*, 1 maio 2003.
- FRAGOSO, A. Autoridades de Bragança indignadas com capa da *Time*. *Público*, 15 out. 2003.
- FRANCO, H. Caso “Mães de Bragança” vira pesquisa universitária. *Expresso*, 25 abr. 2008.
- GILROY, P. *After Empire: Melancholia or Convivial Culture*. London: Routledge, 2004.



- HALL, S. Cultural identity and diaspora. In: RUTHERFORD, J. (ed.). *Identity: Community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990. p. 222–237.
- HERNANDEZ-MORALES, A. António Costa's legacy: The far right in Portugal. *Político*, 10 Feb. 2026.
- LISBON PUBLIC LAW. *Opinião pública sobre Imigração em Portugal*. 2023. Disponível em: <https://lisbonpubliclaw.pt/noticias/entrevistas-opiniao-publica-sobre-a-imigracao-em-portugal/>. Acesso em: 5 maio 2026.
- LUSA; JORNAL DE NEGÓCIOS. Praticamente todas as empresas de media se queixam de grandes dificuldades. *Jornal de Negócios*, 2024.
- LUSA; OBSERVADOR. Anunciados este ano três projetos de media destinados à comunidade brasileira. *Observador*, 2024.
- MACHADO, F. L. Imigração brasileira em Portugal. In: PADILLA, B.; AZEVEDO, J. (eds.). *Migrações entre Portugal e Brasil*. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIDI, 2009. p. 45–67.
- MANCE, B.; SPLICHAL, S. Refugees and (Im)Migrants. *Journal of Immigrant & Refugee Studies*, p. 1–18, 2024.
- MARCHI, R. *A Direita Radical em Portugal*. Lisboa: Tinta da China, 2023.
- MINGA, E. Além das “Mães de Bragança”. *Mediapolis*, n. 6, p. 85–102, 2018.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Comunidades Brasileiras no Exterior – Ano-base 2023*. Brasília: MRE, 2024.
- MPM. *Monitoring Media Pluralism in the Digital Era*. EUI/CMPF, 2024.
- NOGUEIRA, J. A. B. *Desperate housewives and the meninas*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, 2023.
- NUNES, V. Investimentos brasileiros se espalham pelo Algarve. *Público*, 9 set. 2024.
- PADILLA, B.; FRANÇA, T. Imigração brasileira para Portugal. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 33, n. 2, p. 207–237, 2019.
- PAIS, J. M. *Enredos Sexuais, Tradição e Mudança*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.
- PEREIRA, A. C. A prostituição diz muito sobre a sociedade. *Público*, 25 jun. 2016.
- PONZANESI, S. Postcolonial Theory. In: SMETS, K. et al. (eds.). *The SAGE Handbook of Media and Migration*. London: SAGE, 2020. p. 17–24.
- POSCH, P.; CABECINHAS, R. Estar presente na ausência. *Comunicação e Sociedade*, n. 38, p. 201–217, 2020.
- PROSTITUIÇÃO brasileira em Bragança faz capa da *Time*. *Público*, 14 out. 2003.
- RETIS, J. Migrations and the Media between Asia and Latin America. In: SMETS, K. et al. (eds.). *The SAGE Handbook of Media and Migration*. London: SAGE, 2020. p. 297–309.
- RAINBOW MAP. *Portugal 2025*. ILGA-Europe, 2025.
- RATTNER, J. Empreendimento com 830 apartamentos de luxo tem 10% de compradores brasileiros. *Público Brasil*, 11 abr. 2025.
- RIBEIRO, M. C. *Webdiásporas e Redes Sociais*. Tese (Doutorado) – NOVA FCSH, 2022.
- RSE. *World Press Freedom Index 2025*. Repórteres Sem Fronteiras, 2025.
- SANTOS, A. L. *Mudança de vento*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2010.
- SHENTON, T. Immigration: the moral panic that never goes away. *Everyday Society*, 21 out. 2020.
- SIMÕES, C. A tasca de carnes à gaúcha. *NiT*, 3 fev. 2025.
- TAVARES, G. Para brasileiros LGBTQIAP+, viver em Portugal é questão de sobrevivência. *Público Brasil*, 9 jan. 2024.
- TIBIRIÇÁ, N. Imigrantes vindos do Brasil dão força à luta LGBTQIAP+ em Portugal. *DN Brasil*, 3 fev. 2025.
- VAN DIJK, T. A. *Racism and the Press*. London: Routledge, 1991.
- VASCONCELOS, C. A paixão que cruzou o Atlântico. *Público*, 2 out. 2024.

